



CONCURSO PÚBLICO CP 04/2024

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

**FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEL E
GASÓLEO DE AQUECIMENTO, POR LOTES**

Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres

OUTUBRO 2024

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS
CAPÍTULO I
SECÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1º
IDENTIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO

1. O presente procedimento segue a modalidade de Concurso Público, sem publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b) do nº 1 do Artigo 20.º e 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho (doravante designado por CCP) e, adota a seguinte designação: **“Fornecimento contínuo de combustível e gasóleo de aquecimento, por lotes”**, com referência CP 04/2024.
2. Os lotes objeto do procedimento são:
 - Lote 1: Gasóleo simples e gasolina simples 95;
 - Lote 2: Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Juncas e Fornos de Algodres;
 - Lote 3: Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Muxagata e Queiriz.
3. A presente aquisição encontra-se classificada com o código CPV 09130000-9: Petróleo e destilados no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos, publicado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2151/2003, da Comissão, de 16 de dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de março de 2008.

ARTIGO 2º
OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente programa de procedimento constitui o regulamento por que se rege o procedimento pré-contratual de Concurso Público, que tem por objeto principal o **“Fornecimento contínuo de combustível e gasóleo de aquecimento, por lotes”**.

ARTIGO 3º
ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade contratante é a Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres, doravante designada por APSCDFA, sita na Avenida 25 de abril, 6370-174 Fornos de Algodres, Portugal, com o telefone: 271701335, fax: 271701337, e endereço de correio eletrónico: contratacao publica@apscdfa.pt e plataforma de contratação acinGov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>.

ARTIGO 4º
ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pela Direção da Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres, em reunião realizada em 15 de outubro de 2024.

ARTIGO 5º

FUNDAMENTAÇÃO DA ESCOLHA DO CONCURSO PÚBLICO

1. A Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres verificou a necessidade de proceder à contratação do “Fornecimento contínuo de combustível e gasóleo de aquecimento, por lotes”, uma vez que necessita de adquirir de forma permanente e contínua combustível para abastecimento das viaturas, através do cartão eletrónico de abastecimento, assim como gasóleo de aquecimento para os diversos edifícios, de modo a garantir o regular funcionamento da Associação.
2. A satisfação da necessidade exige recurso a um operador económico a atuar no mercado concorrencial, dada a Entidade Adjudicante assegurar a sua realização por via dos recursos próprios afetos à sua organização, tornando-se necessário, deste modo, proceder à abertura do presente procedimento.
3. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea b) do n.º 1 artigo 20.º, todos do CCP.
4. As peças do procedimento permitem a adjudicação por lotes, nos termos do disposto no artigo 46.º-A do CCP

ARTIGO 6.º

CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do procedimento encontram-se disponíveis para consulta dos interessados na sede da APSCDFA, sita na Avenida 25 de abril, 6370-174 Fornos de Algodres, Portugal, e estão integralmente disponibilizadas aos interessados, na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública AcinGov (www.acingov.pt), a partir da data da publicação do respetivo anúncio.
2. A consulta das peças do procedimento referidas no número anterior pode ainda ser efetuada das 09:30h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, na morada indicada no número anterior, nos dias úteis, mediante pedido de marcação dos interessados através da referidas plataforma eletrónica, em dia e hora a definir pela Entidade Adjudicante, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta do procedimento.
4. O download das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo.
5. Os interessados deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada.

6. Quando, por qualquer motivo, não seja cumprido o disposto no nº 1, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, a pedido dos interessados, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.
7. A decisão de prorrogação prevista no número anterior deve ser junta às peças do procedimento e notificados todos os interessados que as tenham solicitado, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão.

ARTIGO 7º

PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. As peças do presente procedimento são as seguintes:
 - a) Anúncio em Diário da República;
 - b) O Programa de Procedimento e seus anexos;
 - c) O Caderno de Encargos e seus anexos.

ARTIGO 8º

CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e que tenham por objeto social o desenvolvimento de atividades que integrem o objeto do concurso.
3. Poderão ainda os interessados apresentar-se em conjunto com outras entidades, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, desde que todas as entidades em questão possuam condições legais adequadas ao exercício de atividade compatível com o objeto do Concurso.
4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP, nem integrar outro agrupamento concorrente.
5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
6. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato na modalidade de consórcio, nos termos do disposto nos artigos 1º a 20º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.
7. O contrato de consórcio deve indicar a empresa que exercerá as funções de chefe de consórcio, único e comum interlocutor responsável perante a entidade adjudicante, devendo ser-lhe conferidos no mesmo ato por procuração, os poderes a que referem as alíneas a), b), c), d) do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

ARTIGO 9.º

PREÇO BASE

1. O preço base é o montante máximo que esta Entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

2. O preço base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no artigo 35.º-A.º do CCP, nomeadamente através da consulta dos preços médios diários dos combustíveis publicados no site <https://precoscombustiveis.dgeg.gov.pt/estatistica/preco-medio-diario/>.
3. O preço contratual máximo encontra-se definido na Cláusula 13.ª do Caderno de Encargos.

ARTIGO 10.º

ASSINATURA ELETRÓNICA DOS DOCUMENTOS

Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:

- a) **Todos os documentos** submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
- c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclude a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

ARTIGO 11º

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. Os interessados podem solicitar, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, até ao último dia correspondente ao fim do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, por escrito, pelo júri do concurso, no uso de competência delegada, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

3. Os esclarecimentos referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. Os esclarecimentos fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 12º

ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar, através da plataforma eletrónica AcinGov, uma lista que identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. A pronúncia sobre os erros e omissões referidos nos números anteriores serão disponibilizados pela entidade adjudicante, na referida plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, sendo todos os interessados notificados imediatamente, de acordo com o artigo 50.º do CCP.
4. As retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência

SECÇÃO II

PROPOSTA

ARTIGO 13º

PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. A apresentação das propostas e dos documentos que as acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) A data limite de entrega de proposta é até às **17h00m00s do 6.º dia**, após a data de envio do anúncio do procedimento para o Diário da República Eletrónico.
 - b) A entrega das propostas do presente Concurso Público será efetuada na plataforma de contratação acessível através do sítio eletrónico da plataforma AcinGov, disponível em **www.acingov.pt**, devendo cumprir com o disposto no artigo 10.º do presente programa de procedimento.
2. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
3. **Os concorrentes podem apresentar proposta para um, para alguns ou para todos lotes objeto do procedimento.**

ARTIGO 14º

PROPOSTA E DOCUMENTOS QUE A CONSTITUEM

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no CCP, designadamente em conformidade com o artigo 57.º:
 - a) **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (já com as alterações previstas no artigo 23.º da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio);
 - b) **Proposta de preço**, de acordo com o **Anexo IV** do presente Programa de procedimento;
 - c) **Declaração de Independência da Proposta**, elaborada em conformidade com o **Anexo V** ao presente programa de procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - d) **Declaração sob compromisso de honra** relativa aos valores de referência para o dia de publicação do Anúncio no Diário da República, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - e) Aplicável apenas ao Lote 1: Lista de locais que possibilitam o abastecimento, com possibilidade de utilização de cartão frota, incluindo a identificação de locais de abastecimento no concelho de Fornos de Algodres e respetivas moradas, com indicação do local mais próximo (referindo a distância em quilómetros) da sede da APSCDFA, sita na Avenida 25 de abril, 6370-174 Fornos de Algodres.
 - f) **Certidão atualizada do registo comercial** (certidão permanente) ou código de acesso à mesma, com todas as inscrições em vigor, ou documento equivalente;
 - g) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo (s) (procuração ou documento equivalente);
 - h) Documentos facultativos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis e que contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
2. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelo concorrente.
3. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no nº 1 do presente artigo deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes.
4. Para os efeitos previstos no Regulamento Geral de Proteção de Dados, as entidades concorrentes consentem na utilização dos dados que apresentem, para os efeitos específicos e únicos do presente procedimento.

ARTIGO 15º

IDIOMA DOS DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos sobre os respetivos originais.

ARTIGO 16º

PREÇOS DA PROPOSTA

1. Os preços da proposta deverão ser indicados em algarismos e não devem incluir o IVA.
2. Na proposta deverá constar obrigatoriamente o preço total (arredondados a duas casas decimais) e os preços unitários e os valores de desconto (arredondados no máximo com quatro casas decimais).
3. Se os valores parciais e/ou o valor global da proposta forem apresentados com mais do que duas casas decimais, serão arredondados oficiosamente à centésima superior se a milésima for superior ou igual a 5. Caso seja inferior a 5 será arredondado à centésima inferior.
4. Se os valores unitários e os valores de desconto forem apresentados com mais do que quatro casas decimais, serão arredondados oficiosamente à décima milésima superior se a centésima milésima for superior ou igual a 5. Caso sejam inferiores a 5 serão arredondados à décima milésima inferior.
5. Os preços resultantes da retificação oficiosa serão os que vigorarão para a determinação do preço total da proposta, bem como durante a globalidade do prazo de execução do contrato.
6. Entende-se como preço total da proposta:
 - a) **Lote 1 – Gasóleo simples e gasolina simples 95**: o valor total resultante do produto das quantidades estimadas que constam na Cláusula 26.^a do Caderno de Encargos pelo valor de referência do concorrente, para cada um dos tipos de combustível no dia de publicação do Anúncio no Diário da República subtraído do valor de desconto proposto pelo concorrente.
 - b) **Lote 2/3 – Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Algodres, Juncas e Fornos de Algodres e Gasóleo de aquecimento para os edifícios de Muxagata e Queiriz**: o valor total resultante do produto das quantidades estimadas que constam na Cláusula 27.^a/28.^a do Caderno de Encargos pelo valor de referência do concorrente, para o gasóleo de aquecimento no dia de publicação do Anúncio no Diário da República, subtraído do valor de desconto proposto pelo concorrente.
1. No lote 1, o valor de referência do concorrente, para cada tipo de combustível datado do dia de publicação do Anúncio no Diário da República já com a aplicação do valor de desconto proposto pelo concorrente não pode ser superior em mais de 5% do preço médio de venda ao público, publicado pela DGE para esse dia e para o tipo de combustível, ao qual será retirado o imposto sobre o valor acrescentado, qualquer um deles.
2. No lote 2, o valor de referência do concorrente, para o gasóleo de aquecimento datado do dia de publicação do Anúncio no Diário da República já com a aplicação do valor de desconto proposto pelo concorrente não pode ser superior em mais de 5% do preço médio de venda ao público, publicado pela DGE para esse dia e para esse tipo de combustível, ao qual será retirado o imposto sobre o valor acrescentado.

3. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
4. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
5. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

ARTIGO 17º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A adjudicação será efetuada de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa através da modalidade monofator, designadamente o preço, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

ARTIGO 18º

CRITÉRIO DE DESEMPATE

Aplicado o critério de adjudicação referido no artigo anterior, em caso de empate, para efeito de ordenação de propostas, será efetuado sorteio, conduzido pelo Júri do procedimento, na presença dos concorrentes, em data, hora e local a comunicar com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante. O sorteio realizar-se-á através de extração de cupões de saco opaco com a designação dos concorrentes admitidos cujas propostas apresentam a mesma pontuação. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos.

ARTIGO 19º

PROPOSTAS COM VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 20º

NEGOCIAÇÃO

A proposta apresentada não será objeto de negociação.

ARTIGO 21º

PRAZO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

ARTIGO 22º

PRORROGAÇÃO DO PRAZO FIXADO PARA A APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado

para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao atraso verificado.

2. Quando as retificações das peças do concurso se verificarem por iniciativa da Entidade Adjudicante, (independentemente do momento da sua comunicação ou por aceitação de erros ou omissões do Caderno de Encargos detetados por qualquer interessado) e implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do concurso, o prazo para a entrega das propostas deve ser prorrogado, no mínimo por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele até à comunicação das retificações ou à publicação da decisão proferida quanto a erros e/ou omissões.

ARTIGO 23º

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DA PROPOSTA

1. Por motivos de segredo comercial, industrial, militar ou outro, os interessados podem requerer, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, a classificação, nos termos da lei, de documentos que constituem a proposta, para efeitos da restrição ou da limitação do acesso aos mesmos na medida do estritamente necessário.
2. O disposto no número anterior rege-se pelo estabelecido no artigo 66.º do CCP.

SECÇÃO III

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

ARTIGO 24º

ANÁLISE DAS PROPOSTAS

1. A análise das propostas incidirá sobre o teor dos documentos apresentados e a sua avaliação será efetuada de acordo com o critério de adjudicação estabelecido no artigo 17.º - Critério de adjudicação, do presente Programa de Procedimento.
2. Serão excluídas as propostas cuja análise revele qualquer dos fundamentos de exclusão previstos no n.º 2 dos artigos 146.º e 70.º do CCP, podendo ainda excluir as propostas que não cumpram com o disposto na Lei 96/2015, de 17 de agosto.
3. Constitui igualmente causa de exclusão o incumprimento de qualquer das condições fixadas no presente Programa de procedimento.

ARTIGO 25º

LISTA DOS CONCORRENTES E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma AcinGov.
2. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
3. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo possível, com as necessárias adaptações, o disposto no n.º 1 e 2 do presente artigo.

ARTIGO 26º**ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS**

1. O júri do concurso pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinaram a exclusão.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

ARTIGO 27º**SUPRIMENTOS DE IRREGULARIDADES ÀS PROPOSTAS**

1. O Júri do procedimento procederá à retificação oficiosa de erros de escrita e de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário o erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
2. O suprimento das irregularidades das propostas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do CCP, somente quando tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência.

ARTIGO 28º**RELATÓRIO PRELIMINAR**

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual propõe a ordenação das mesmas, após a operacionalização do critério de adjudicação.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor fundamentadamente a exclusão de propostas e fazer referência aos esclarecimentos e suprimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto no artigo 26.º e 27.º do presente Programa de procedimento.
3. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a ordenação final das propostas resultará da aplicação do critério de desempate.

ARTIGO 29º**AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Após elaboração do relatório preliminar, o júri procede ao envio a todos os concorrentes do mesmo para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, se pronunciarem, por escrito através da plataforma eletrónica, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 30º**RELATÓRIO FINAL**

1. Cumprida a formalidade de audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes eventualmente registadas, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do Artigo 146.º do CCP.
2. No caso de se verificar a exclusão de qualquer proposta bem como do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

SECÇÃO IV**ADJUDICAÇÃO****ARTIGO 31º****DEVER DE ADJUDICAÇÃO**

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base num relatório fundamentado elaborado pelo júri, aceita a única proposta apresentada ou escolhe uma de entre as apresentadas.

ARTIGO 32º**NOTIFICAÇÃO DA DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO**

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do artigo 76.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o adjudicatário para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 33.º do Programa de procedimento;
 - b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
4. A notificação referida no n.º 1 é acompanhada do relatório final de análise das propostas.

SECÇÃO V HABILITAÇÃO E CAUÇÃO

ARTIGO 33º DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Para efeitos de contratação, o adjudicatário deve, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação, apresentar os seguintes documentos de habilitação, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov:
 - a) **Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II** do presente programa de procedimento, que corresponde ao Anexo II do CCP (já com a alteração emanada da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio), devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, que faz parte integrante do programa do procedimento;
 - b) **Documento comprovativo da regularização da situação contributiva** para com a **segurança social** portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) **Declaração comprovativa da situação tributária regularizada**, emitida pelo serviço de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) **Documentos comprovativos** de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - e) Declaração de inexistência de conflitos de interesse e inexistência de conluio (**Anexo III** do presente programa de procedimento).
 - f) Comprovativo do **Registo Central de Beneficiário Efetivo** e/ou código de acesso online para consulta eletrónica
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste no programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.

ARTIGO 34º IDIOMA E MODO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Todos os documentos de habilitação do Adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
3. O adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação **no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de envio da notificação da decisão de adjudicação.
4. A pedido do adjudicatário, o prazo fixado no n.º 1 do presente normativo para apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, pelo período máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos referidos no artigo anterior através da plataforma eletrónica em que decorre o procedimento, devendo cumprir com o disposto no artigo 10.º do presente programa de procedimento.
6. Quando os documentos a que se refere a alínea b), c), d) e f) do n.º 1 do artigo anterior do presente programa de procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao representante da Entidade Adjudicante o endereço dos sítios onde aqueles podem ser consultados, bem como informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
7. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b), c), d) e f) do n.º 1 do artigo anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do número do anterior, devendo, contudo, dar nota de que já foi prestado tal consentimento.
8. Caso o(s) adjudicatário(s) se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se impunha.
9. A supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados, que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do preceituado no artigo 86.º do CCP, deve ocorrer no prazo de dois dias úteis.
10. O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo(s) adjudicatário(s), indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.

ARTIGO 35º

APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO POR AGRUPAMENTOS

1. Quando o Adjudicatário for um agrupamento de concorrentes de pessoas singulares ou coletivas:
 - a) Os documentos previstos nas alíneas b), c) e f) do n.º 1 do artigo 34.º do Programa de procedimento e os registos criminais das empresas devem ser apresentados por todas as entidades que integram o agrupamento;
 - b) Os documentos previstos na alínea a) e e) do n.º 1 do artigo 34.º do Programa de Procedimento devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, caso ainda não tenham sido apresentados, ou não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes;
 - c) Devem ainda ser entregues os registos criminais de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência de cada uma das entidades que integram o agrupamento.

ARTIGO 36º

CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

O presente procedimento não obriga a prestação de caução, considerando que o preço contratual é inferior a 500.000,00 € (quinhentos mil euros), nos termos do descrito na alínea a), do n.º 2, do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 37º**NÃO APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1 do artigo 34.º do presente programa de procedimento;
 - b) No prazo fixado para a supressão de qualquer irregularidade;
 - c) Os documentos não se encontrarem redigidos em língua portuguesa ou, não sejam acompanhados de tradução devidamente legalizada.
2. Nos casos previstos nos números anterior o órgão competente para a decisão de contratar deve adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VI**CELEBRAÇÃO DO CONTRATO****ARTIGO 38º****REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO**

O contrato será, nos termos do artigo 94.º do CCP, reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas.

ARTIGO 40º**ACEITAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO**

1. A minuta do contrato é enviada, para aceitação, do respetivo adjudicatário;
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

ARTIGO 41º**RECLAMAÇÕES À MINUTA DO CONTRATO**

1. As reclamações à minuta do contrato só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Decorrido o prazo fixado no número anterior sem que o órgão que aprovou a minuta do contrato se pronuncie sobre a reclamação apresentada, considera-se que a mesma foi indeferida.

ARTIGO 42º**OUTORGA DO CONTRATO**

1. A eventual outorga do contrato, terá lugar no prazo de trinta (30) dias a contar da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. A entidade adjudicante comunica ao Adjudicatário, com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, data limite da outorga e remessa do contrato.
3. A data para outorga do contrato poderá ainda ser fixada por acordo das partes, dispensando a formalidade indicada em 2.

ARTIGO 43º**NÃO OUTORGA DO CONTRATO**

1. A adjudicação do lote caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos na lei.
2. Nos casos previstos no número anterior, deve o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em lugar subsequente.
3. Se, por facto que lhe seja imputável à entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto, o Adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.
4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

SECÇÃO VII**DISPOSIÇÕES FINAIS****ARTIGO 44º****PROVA DE DECLARAÇÕES**

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. A não apresentação pelo concorrente ou adjudicatário dos documentos solicitados ao abrigo do disposto no presente artigo, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 45º**FALSIDADE DE DOCUMENTOS E DE DECLARAÇÕES**

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

ARTIGO 46º**NOTIFICAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante, o júri do concurso e os interessados, na fase de formação do contrato, serão efetuadas através da referida plataforma eletrónica nos termos dos artigos 467.º a 469.º do CCP.

ARTIGO 47º**ENCARGOS DO CONCORRENTE**

1. São encargos do concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as de prestação de caução, se aplicável;
2. As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são, de harmonia com o disposto no artigo 94.º do CCP, da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

ARTIGO 48º**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

1. As normas do programa de procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente programa de procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, alterado pelo Dec. Lei 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho, e demais legislação em vigor.

ANEXOS:

Em anexo remete-se:

- **Anexo I** – Modelo de declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do CCP, na sua atual redação;
- **Anexo II** – Modelo de declaração, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81º do CCP, na sua atual redação;
- **Anexo III** – Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio;
- **Anexo IV** - Modelo de proposta;
- **Anexo V** - Declaração de independência da proposta;
- **Caderno de Encargos** - elaborado no âmbito do art.º 42.º do CCP, nos termos do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo –quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 —(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica.....como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local),..... (data),..... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração de inexistência de conflito de interesses e inexistência de conluio

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no procedimento de formação do contrato n.º relativo a (objeto do contrato) lançado pela (entidade adjudicante), declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local), ... (data), ... (assinatura).

ANEXO IV

Modelo de proposta

(Nome do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva n.º _____, obriga-se a fornecer os bens objeto do presente Concurso Público 04/2024 lançado pela Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres relativo ao **"Fornecimento contínuo de combustível rodoviário e gásóleo de aquecimento, por lotes"**, em conformidade com as peças do procedimento, **até ao valor base fixado para o presente procedimento**, sendo considerados sempre os valores de desconto apresentados abaixo, durante a globalidade do prazo de execução do contrato, de **24 (vinte e quatro) meses**, englobando todas as despesas inerentes ao fornecimento, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos.

Ao valor global da proposta, correspondem os seguinte valores e descontos propostos:

(Preencher apenas o(s) lote(s) a que concorre)

Lote 1: Gásóleo simples e gasolina simples 95

TIPO DE COMBUSTÍVEL	Quantidade estimada 24 meses (l)	Preço de referência do concorrente (€)* (com 4 casas decimais)	Desconto proposto por litro (€) (com 4 casas decimais)	Preço unitário com aplicação do desconto (€) (com 4 casas decimais)	Preço total 24 meses (€) (com 4 casas decimais)
Gasóleo simples					
Gasolina simples 95					

*No dia da publicação do Anúncio no Diário da República

Lote 2: Gásóleo de aquecimento para os edifícios de Juncas e Fornos de Algodres

TIPO DE COMBUSTÍVEL	Quantidade estimada 24 meses (l)	Preço de referência do concorrente (€)* (com 4 casas decimais)	Desconto proposto por litro (€) (com 4 casas decimais)	Preço unitário com aplicação do desconto (€) (com 4 casas decimais)	Preço total 24 meses (€) (com 4 casas decimais)
Gasóleo de aquecimento					
Gasóleo de aquecimento do tipo "mazoote plus" ou equivalente					

*No dia da publicação do Anúncio no Diário da República

Lote 3: Gásóleo de aquecimento para os edifícios de Muxagata e Queiriz

TIPO DE COMBUSTÍVEL	Quantidade estimada 24 meses (l)	Preço de referência do concorrente (€)* (com 4 casas decimais)	Desconto proposto por litro (€) (com 4 casas decimais)	Preço unitário com aplicação do desconto (€) (com 4 casas decimais)	Preço total 24 meses (€) (com 4 casas decimais)
Gasóleo de aquecimento					

*No dia da publicação do Anúncio no Diário da República

Sendo aplicado em cada abastecimento, o valor de referência do concorrente, o qual após aplicação do desconto, não poderá ser superior em mais de 5% do preço médio retirado do site <https://precoscombustiveis.dgeg.gov.pt/estatistica/preco-medio-diario/>, não estando incluído o IVA à taxa legal em vigor.

A distância entre a sede da Associação Promoção Social C. D. Fornos Algodres, sita na Avenida 25 de abril, 6370-174 Fornos de Algodres, Portugal, e o local mais próximo que possibilita o abastecimento do combustível objeto do procedimento é de _____ **Km**.

O gasóleo de aquecimento será entregue no prazo máximo de _____ **dias úteis**, após o envio da requisição da Associação de Promoção Social Cultural e Desportiva de Fornos de Algodres.

Mais declara que no valor proposto, acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pela entidade adjudicante, nos termos do artigo 50.º do Código dos Contratos Público e ainda todos os encargos, taxas, impostos, comissões, custos e outros encargos decorrentes do fornecimento.

À quantia supramencionada incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor de _____ (extenso).

A presente proposta é válida por **66 (sessenta e seis) dias**.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Em anexo enviamos os documentos da proposta de acordo com solicitado no Programa de Procedimento.

Data: ____/____/____

(Assinatura Eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da Empresa)

ANEXO V

Declaração de independência da proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ...
(firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números
de identificação fiscal e sedes), concorrente no procedimento ... (designação ou referência ao
procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objeto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

... (local), ... (data), ... (assinatura).